


DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO: ANÁLISE DAS DIFICULDADES DOCENTES NO CONTEXTO DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA

LITERACY CHALLENGES: ANALYZING TEACHER DIFFICULTIES WITHIN THE NATIONAL COMMITMENT TO LITERACY FOR CHILDREN

 <https://doi.org/10.63330/armv2n5-097>

Submetido em: 08/06/2026 e Publicado em: 11/06/2026

Joyce Taveira da Silva

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras, campus Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: joycetaveira56@gmail.com

Viviane Silva Souza de Oliveira

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras, campus Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: vivianesilvasaqua@gmail.com

Lisyanne de Xerez Ramalho

Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação, docente do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras, campus Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: lisyanne.ramalho@univassouras.edu.br

Luana Regina Ramos Caldeira Mata

Mestre em Psicologia, docente do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras, Campus Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: luanareginaramos@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é examinar os desafios dos professores na promoção da alfabetização de acordo com as diretrizes do Compromisso Nacional pela Criança Alfabetizada (CNCA) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De natureza qualitativa, bibliográfica e documental, o estudo argumenta que a formação de professores, as desigualdades estruturais e os objetivos institucionais interferem na prática pedagógica dos professores de alfabetização. A base teórica é estabelecida pelas obras de Emília Ferreiro, Magda Soares e Paulo Freire, que discutem os termos alfabetização, letramentos e práxis libertadora. Problema de pesquisa: Quais os principais desafios enfrentados pelos docentes para promover a alfabetização de acordo com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)? Os resultados destacam a necessidade de valorização profissional, investimento em formação contínua e adaptação das políticas públicas às realidades escolares, a fim de garantir o direito à alfabetização de qualidade e equitativa.



Palavras-chave: Alfabetização; Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA); Desafios enfrentados pelos docentes.

ABSTRACT

The objective of this article is to examine the challenges faced by teachers in promoting literacy according to the guidelines of the National Commitment to a Literate Child (CNCA) and the National Common Curricular Base (BNCC). Qualitative, bibliographic, and documentary in nature, the study argues that teacher training, structural inequalities, and institutional objectives interfere with the pedagogical practice of literacy teachers. The theoretical basis is established by the works of Emilia Ferreiro, Magda Soares, and Paulo Freire, who discuss the terms literacy, literacies, and liberating praxis. Research problem: What are the main challenges faced by teachers in promoting literacy according to the guidelines of the National Commitment to a Literate Child (CNCA)? The results highlight the need for professional development, investment in continuous training, and adaptation of public policies to school realities in order to guarantee the right to quality and equitable literacy.

Keywords: Literacy; National Committed Literate Child (CNCA); Challenges face by teachers.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui um dos processos mais importantes da educação básica, pois representa o início da formação leitora e escritora da criança, possibilitando sua inserção nas práticas sociais de leitura e escrita. Além de favorecer o desenvolvimento cognitivo e linguístico, a alfabetização contribui para a construção da autonomia, da participação social e do exercício da cidadania. Nesse contexto, garantir o acesso à aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental torna-se um dos principais desafios das políticas educacionais brasileiras.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, a alfabetização deve ser priorizada nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, assegurando que os estudantes se apropriem do sistema de escrita alfabética de maneira articulada ao desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e participação em diferentes práticas de letramento (Brasil, 2018).

Apesar dos avanços nas políticas públicas educacionais, o Brasil ainda enfrenta dificuldades significativas no processo de alfabetização das crianças, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Questões relacionadas às desigualdades sociais, à formação docente, às condições estruturais das escolas e aos impactos educacionais intensificados após a pandemia evidenciam a complexidade desse cenário.



Em resposta a essas dificuldades, foi instituído no Brasil o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), política pública que visa assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do segundo ano do ensino fundamental. Essa iniciativa estabelece diretrizes claras para garantir equidade e qualidade no processo de alfabetização. No entanto, a implementação dessas diretrizes enfrenta diversos obstáculos pedagógicos, como a falta de formação adequada para os professores e a escassez de recursos didáticos. Esses desafios impactam diretamente as práticas docentes, dificultando a efetivação das propostas do compromisso.

Compreender as dificuldades encontradas pelos docentes na implementação das diretrizes do CNCA torna-se fundamental, uma vez que barreiras institucionais, desigualdades nas condições de ensino e limitações estruturais podem comprometer o processo de alfabetização das crianças. Nesse contexto, identificar as necessidades de apoio pedagógico e formação docente possibilita refletir sobre estratégias capazes de fortalecer a efetivação das propostas do programa.

Assim, será possível avançar na consolidação da alfabetização nos anos iniciais, garantindo a aprendizagem da leitura e escrita de forma efetiva. Diante desse cenário, surge a questão: quais são os principais desafios enfrentados pelos docentes para promover a alfabetização de acordo com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada?

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o processo de alfabetização sob a ótica desse programa, investigando as dificuldades encontradas pelos educadores na garantia da alfabetização na idade adequada. Para isso, busca-se revisar o histórico e a importância da alfabetização como pilar educacional, bem como as diretrizes e finalidades estabelecidas pelo governo federal.

Por fim, o estudo estrutura-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. Do ponto de vista teórico, fundamenta-se nas contribuições de Emília Ferreiro e Magda Soares acerca da alfabetização, em diálogo com os documentos oficiais que orientam a educação brasileira. Nesse sentido, a análise crítica do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Base Nacional Comum Curricular possibilita refletir sobre os desafios enfrentados pelos docentes no processo de alfabetização, bem como sobre estratégias que contribuam para a garantia da aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DA ALFABETIZAÇÃO

Rever o histórico e os fundamentos da alfabetização é crucial para a análise contemporânea das práticas educativas. A alfabetização, enquanto processo de apropriação da leitura e escrita, evoluiu ao longo dos séculos, refletindo mudanças sociais, culturais e políticas. Desde os primeiros métodos de ensino até as abordagens mais recentes, a trajetória da alfabetização revela não apenas as transformações nas técnicas



pedagógicas, mas também as concepções de educação e cidadania que moldaram as sociedades. Nesse sentido, entende-se que a evolução do ensino da escrita no Brasil não é um processo isolado, mas profundamente vinculado às transformações políticas e às diversas correntes pedagógicas que buscaram definir o papel da escola em cada período histórico (Mortatti, 2011).

Os fundamentos da alfabetização estão enraizados em teorias educacionais que buscam entender como as crianças aprendem a ler e escrever. Autores como Emília Ferreiro e Magda Soares contribuíram significativamente para a compreensão desse processo, enfatizando a importância da construção do conhecimento de forma lúdica e contextualizada. Essas teorias não apenas fundamentam práticas pedagógicas, mas também orientam políticas públicas voltadas para a alfabetização, como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Segundo Ferreiro (1996), a aprendizagem da língua escrita precede a entrada na escola, pois a criança reconstrói o sistema de escrita a partir de suas próprias hipóteses cognitivas e interações com o meio.

Além disso, a análise do histórico da alfabetização no Brasil revela desafios persistentes, como as desigualdades regionais e a falta de recursos em escolas públicas. Compreender esses aspectos é fundamental para identificar as lacunas existentes nas políticas educacionais e para propor soluções que garantam a alfabetização de todas as crianças. Assim, a reflexão sobre os fundamentos e a evolução da alfabetização se torna um passo essencial para a construção de um sistema educacional mais justo e eficaz. Para tanto, é preciso considerar que a alfabetização plena só ocorre quando articulada ao letramento, permitindo que o sujeito participe ativamente das práticas sociais que demandam o uso da leitura e da escrita (Soares, 2020).

Atualmente, o cenário educacional brasileiro é marcado pela implementação de políticas que buscam unificar metas e estratégias para garantir o direito à aprendizagem na idade certa. A introdução de diretrizes nacionais reflete um esforço para superar a fragmentação do ensino e estabelecer padrões de qualidade que orientem desde a formação docente até a elaboração de materiais didáticos. Conforme aponta Amaral (2025), as políticas curriculares contemporâneas enfrentam o desafio de conciliar a autonomia pedagógica das redes de ensino com as exigências de avaliação e desempenho impostas pelas novas configurações do governo federal.

Portanto, a consolidação da alfabetização no Brasil depende não apenas da formulação de políticas públicas, mas também da efetivação de ações voltadas à formação continuada dos professores alfabetizadores e ao fortalecimento das condições pedagógicas das escolas. Nesse contexto, compreender os fundamentos teóricos da alfabetização e sua relação com as políticas educacionais contemporâneas torna-se essencial para refletir sobre os desafios enfrentados pelos docentes no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.



2.1.1 A construção da alfabetização no Brasil

A construção da alfabetização no Brasil está diretamente relacionada aos processos históricos, sociais e políticos que marcaram a formação da sociedade brasileira. Desde o período colonial, o acesso à educação formal foi restrito a grupos privilegiados, especialmente às elites econômicas e religiosas, evidenciando um modelo educacional excludente e seletivo. Nesse contexto, a alfabetização não era compreendida como um direito social, mas como um privilégio destinado a uma parcela reduzida da população (Melo, 2012).

Durante o período colonial, a educação esteve majoritariamente sob responsabilidade das ordens religiosas, sobretudo dos jesuítas, cujo principal objetivo era a catequização. A leitura e a escrita eram ensinadas como instrumentos ligados à formação religiosa, inexistindo políticas públicas voltadas à universalização do ensino. Dessa forma, indígenas, negros escravizados e as camadas populares permaneceram historicamente afastados do acesso à escolarização, reforçando desigualdades sociais e culturais (Piletti, 1997).

Com a promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827, considerada um dos primeiros marcos legais da educação brasileira, foram previstas escolas de primeiras letras em cidades e vilas do Império. Entretanto, a precariedade da infraestrutura escolar, a insuficiência de investimentos e a ausência de formação adequada para os professores limitaram a efetivação dessas medidas. Assim, embora houvesse avanços legais, o acesso à alfabetização continuava restrito às classes sociais mais favorecidas (Romanelli, 2014).

Ao longo do século XIX e início do século XX, o processo de urbanização e industrialização exigiu mão de obra minimamente qualificada, o que ampliou a necessidade de formação básica da população, favorecendo a expansão das redes escolares. Nesse período, a alfabetização passou a ser associada às demandas do trabalho e à inserção social. Contudo, predominavam práticas pedagógicas tradicionais, baseadas na memorização, repetição e mecanização da leitura e da escrita, com pouca valorização da função social da linguagem (Mortatti, 2011).

Após as reformas educacionais defendidas pelo governo de Getúlio Vargas, avanços foram feitos na estrutura educacional brasileira na década de 1930, incluindo a criação do Ministério da Educação e Saúde. A alfabetização começou a ser reconhecida como um alicerce do progresso nacional, ainda que os índices de analfabetismo permanecessem altos. Esse período marcou o início de uma transição para ideias pedagógicas que buscavam modernizar a escola pública brasileira (Saviani, 2007).

Desde a segunda metade do século XX, com início a partir da década de 1960, começaram a surgir movimentos e propostas pedagógicas de alfabetização de jovens e adultos, especialmente com o trabalho de Paulo Freire. Durante essa era, a alfabetização foi concebida não apenas como uma proficiência técnica em escrita, mas como uma conscientização e um agente de mudança social. A perspectiva freiriana



introduziu a necessidade de o educando compreender sua realidade política e social por meio do ato de ler o mundo (Freire, 1989).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação foi consolidada como direito social fundamental, atribuindo ao Estado e à família a responsabilidade de garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Esse aparato legal sustentou políticas públicas com o objetivo de universalizar a alfabetização e reduzir a disparidade educacional, consolidando a ideia de que o acesso ao ensino fundamental é um direito subjetivo e inalienável (Brasil 1988).

Nesse percurso histórico, observa-se que a alfabetização no Brasil foi construída em meio a disputas sociais, políticas e pedagógicas. Assim, compreender essa trajetória torna-se fundamental para analisar criticamente os desafios ainda presentes no contexto educacional brasileiro, especialmente no que se refere à garantia da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2.1.2 Políticas públicas e a alfabetização contemporânea

Vários programas governamentais na área de superação do analfabetismo e promoção da educação básica foram desenvolvidos nas décadas seguintes, como o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), o Programa Brasil Alfabetizado e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Esses programas visaram fomentar a formação de professores, o apoio pedagógico e o aprimoramento das práticas de alfabetização por meio de uma articulação curricular que buscasse garantir o sucesso escolar nos anos iniciais (Frangella, 2016).

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada passaram a orientar as políticas educacionais voltadas à alfabetização no país. Esses documentos estabelecem diretrizes para assegurar que as crianças desenvolvam habilidades de leitura e escrita até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, enfatizando a articulação entre alfabetização e letramento (Brasil, 2018).

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada surge, nesse contexto, como uma estratégia voltada à cooperação entre União, estados e municípios, buscando fortalecer ações pedagógicas, ampliar o acompanhamento das aprendizagens e promover formação continuada aos professores alfabetizadores. A proposta do programa também enfatiza a necessidade de reduzir desigualdades educacionais historicamente presentes entre diferentes regiões e redes de ensino brasileiras.

Entretanto, apesar dos avanços proporcionados pelas políticas públicas de alfabetização, ainda há desafios relacionados à efetivação dessas diretrizes no cotidiano escolar. As desigualdades sociais persistentes impactam diretamente o acesso a uma educação de qualidade, uma vez que muitas escolas, sobretudo nas regiões mais vulneráveis, enfrentam precariedade na infraestrutura, escassez de materiais didáticos e ausência de condições mínimas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas.



Além disso, somam-se a isso as turmas heterogêneas, nas quais convivem crianças com diferentes ritmos de aprendizagem, experiências culturais e níveis de desenvolvimento da linguagem, exigindo dos professores uma atuação cada vez mais complexa e diferenciada.

A formação docente, por sua vez, ainda se apresenta como um nó crítico nesse processo, pois muitos professores alfabetizadores carecem de suporte teórico e prático suficiente para lidar com tamanha diversidade em sala de aula. Esses fatores, quando combinados, evidenciam que a distância entre o que é proposto nas políticas e o que é vivenciado nas escolas ainda é significativa (Perfeito; Perfeito; Oliveira-Mendes, 2024)

Soluções para o analfabetismo e para a garantia de uma alfabetização de qualidade dependem de políticas nacionais coerentes, investimentos contínuos e valorização dos profissionais da educação. Por essa razão, a compreensão da construção histórica da alfabetização é um pré-requisito para a avaliação crítica das práticas atuais e o desenvolvimento de abordagens mais eficazes para promover a educação básica no país, assegurando que o direito de aprender se concretize de forma plena e equitativa (Zatesco; Borges, 2024).

Dessa forma, refletir sobre as políticas públicas de alfabetização implica reconhecer que o direito à aprendizagem não se limita à formulação de documentos normativos, mas exige condições concretas de ensino, suporte pedagógico e formação continuada para os professores alfabetizadores. Nesse sentido, torna-se essencial discutir perspectivas teóricas que compreendam a criança como sujeito ativo no processo de construção da leitura e da escrita.

2.2 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E AS DIRETRIZES DE ALFABETIZAÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo fundamental que orienta o currículo da educação básica no país, estabelecendo os direitos de aprendizagem de todos os estudantes brasileiros. No que diz respeito aos anos iniciais do Ensino Fundamental, a BNCC define que a alfabetização deve ocorrer preferencialmente até o final do 2º ano, respeitando o desenvolvimento de cada criança. O documento busca unificar o que se ensina no Brasil, garantindo equidade e qualidade na educação em todo o território nacional (Brasil, 2018).

A BNCC oferece a alfabetização como uma prática integrada, informada por práticas de letramento significativas, e suas competências centrais incluem o pensamento crítico, o respeito à diversidade cultural e o incentivo à proatividade do estudante durante o processo de aprendizagem. A integração da BNCC com o CNCA é fundamental, pois permite que as práticas pedagógicas sejam alinhadas às metas de alfabetização, assegurando um ensino coerente, inclusivo e capaz de atender às diversidades presentes nas salas de aula brasileiras (Brasil, 2018).



Entretanto, a aplicação das diretrizes da BNCC na rede pública ainda encontra desafios de implementação. Muitos professores têm dificuldade em traduzir as orientações do documento para a prática cotidiana, principalmente pela falta de formação contínua alinhada ao novo currículo nacional. O ideal curricular muitas vezes leva a uma desconexão com o que a prática escolar mostra no dia a dia, e muitas redes ainda estão presas a modelos tradicionais de ensino (Fé, 2025).

Embora a BNCC represente um avanço teórico significativo, seus princípios levarão tempo para que suas expressões concretas sejam plenamente vivenciadas. Faz-se necessário tanto apoio formativo quanto estrutural para que suas proposições se concretizem no cotidiano dos estudantes. A resistência a novos métodos é um desafio que precisa ser superado com diálogo, formação qualificada e evidências científicas que sustentem as mudanças esperadas na prática pedagógica (Albuquerque; Ferreira; Souza, 2025).

2.3 O COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA (CNCA)

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) surge como uma resposta estratégica às necessidades educacionais do Brasil, visando garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até os oito anos de idade. Esse compromisso reflete a urgência de promover uma educação de qualidade, que não apenas ensine a ler e escrever, mas que também desenvolva competências essenciais para o pleno exercício da cidadania. Ao estabelecer metas claras e ações integradas, o CNCA mobiliza diferentes setores da sociedade, promovendo a colaboração entre escolas, famílias e comunidades (Brasil, 2025).

A institucionalização do CNCA por meio da Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, representa um marco nas políticas públicas educacionais de alfabetização no Brasil. Esse instrumento normativo unifica diretrizes, metas e estratégias para garantir, em âmbito nacional, o direito à alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental. A lei organiza o CNCA em eixos estruturantes, que incluem a gestão educacional, o desenvolvimento profissional contínuo, a formação de professores e a avaliação da aprendizagem, criando uma rede de apoio técnico e financeiro entre os entes federados (Brasil, 2025).

A formação de professores é identificada como um dos fatores-chave na operacionalização do compromisso nacional. A lei prevê a ampliação dos programas de formação contínua em metodologias de alfabetização, práticas de letramento e avaliação formativa. Essa orientação reconhece a correlação direta entre a qualidade do processo de alfabetização e a qualificação profissional dos docentes envolvidos no ciclo inicial de ensino (Brasil, 2025).

O CNCA é guiado ainda por um princípio de colaboração federativa, fomentando a cooperação entre União, estados e municípios para aliviar as desigualdades regionais historicamente presentes no sistema educacional brasileiro. Entretanto, a institucionalização legal por si só não é suficiente para alcançar as metas estabelecidas, sendo necessária uma coordenação estreita entre política, recursos e realidade local.



Documentos curriculares municipais podem reproduzir diretrizes nacionais sem contextualização suficiente, comprometendo a eficácia da ação pedagógica nas escolas, razão pela qual a autonomia docente deve ser preservada (Fé, 2025).

Por fim, a eficácia das diretrizes do CNCA depende da articulação entre política, prática pedagógica e condições materiais de trabalho nas escolas. A execução do compromisso envolve investimentos sustentados, reconhecimento profissional e engajamento genuíno das comunidades escolares. O fortalecimento do papel do professor como sujeito ativo no processo educacional é o que transformará o texto legal em realidade concreta vivida nas escolas (Oliveira; Neiva, 2025).

2.3.1 Desafios de ensino na implementação do CNCA

A implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada impõe diversos desafios aos professores dos primeiros anos do Ensino Fundamental nas redes públicas. Embora a política estabeleça diretrizes e metas claras, sua aplicação efetiva no nível escolar esbarra em condições de trabalho precárias e na fragilidade da formação docente. Compreender essas dificuldades é fundamental para uma avaliação crítica da eficácia do CNCA como política pública transformadora (Oliveira; Neiva, 2025).

A realidade das salas de aula brasileiras impõe barreiras que muitas vezes extrapolam o alcance das normativas legais estabelecidas pelo governo federal. A eficácia de programas como o Pró-Alfa, por exemplo, depende da capacidade de adaptação às demandas territoriais específicas de cada região, pois sem esse olhar atento às particularidades locais, as políticas correm o risco de se tornar apenas um conjunto de regras burocráticas sem impacto real no cotidiano escolar (Cruz; Santos; Medeiros, 2026).

A formação continuada é reconhecida como ferramenta indispensável para o sucesso da alfabetização, mas muitos programas estão mais voltados ao cumprimento de requisitos burocráticos do que à transformação real da prática pedagógica. Existe uma lacuna significativa entre as propostas formativas e as demandas das salas de aula heterogêneas, marcadas pela escassez de recursos, o que impede que o professor perceba a formação como algo útil e diretamente aplicável ao seu cotidiano (Carneiro, 2025).

Nesse sentido, a perspectiva freireana se faz necessária para resgatar o papel do educador como sujeito de sua própria prática. A formação de caráter puramente técnico-instrumental precisa abraçar uma dimensão crítica e reflexiva, na qual o desenvolvimento profissional seja um processo contínuo que permita ao docente interpretar as normativas à luz da realidade social de seus alunos, unindo teoria à sensibilidade pedagógica necessária para enfrentar os desafios contemporâneos do ensino da língua escrita (Galvão; Santos, 2026).

As desigualdades estruturais representam outro entrave central na implementação do CNCA, manifestando-se na vulnerabilidade da infraestrutura, na escassez de materiais didáticos e na desvalorização



sistemática da carreira docente. Essas desigualdades são históricas e sintomáticas de processos sociais excludentes que se perpetuam ao longo das gerações, exigindo mais do que decretos para serem superadas, mas investimentos financeiros contínuos e comprometidos com as redes públicas de ensino (Mortatti, 2011).

Escolas localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social enfrentam dificuldades extremas para cumprir as metas estabelecidas pelo compromisso nacional. A ausência de bibliotecas escolares e recursos tecnológicos básicos prejudica severamente o desenvolvimento das práticas de leitura entre as crianças, tornando a política nacional um ideal distante para muitas comunidades periféricas ou rurais do país. A equidade educacional só será alcançada quando o investimento chegar primeiro onde a necessidade é maior (Vieira; Jesus, 2025).

Muitos professores trabalham em salas superlotadas, sem apoio técnico-pedagógico e enfrentando uma instabilidade profissional que gera insegurança constante. Essas condições impedem o acompanhamento individualizado de cada estudante, essencial na fase de alfabetização, e o desgaste emocional do docente acaba sendo uma consequência direta de ter que assumir deficiências estruturais que fogem ao seu controle (Zatesco; Borges, 2024).

A ausência de políticas unificadas de valorização salarial e de carreira dificulta ainda a fixação de bons profissionais nas áreas mais vulneráveis, limitando o potencial transformador do CNCA justamente onde ele mais seria necessário. Em contextos de vulnerabilidade, os professores são obrigados a adaptar as diretrizes do programa às limitações locais de forma independente e sem suporte, o que gera sobrecarga e sentimento de frustração profissional (Amaral, 2025).

A aceleração do processo avaliativo e a padronização das práticas pedagógicas surgem também como questões centrais e preocupantes. A ênfase excessiva em avaliações externas de larga escala tem orientado o planejamento curricular em detrimento de uma formação integral, simplificando o complexo processo de alfabetização e fazendo com que o conteúdo mensurável em testes se torne mais importante do que as vivências significativas de leitura e escrita (Esteban, 2012).

Essa tendência à padronização força o uso de metodologias uniformes, ignorando as diversidades culturais, sociais e cognitivas presentes em cada sala de aula. O ensino acaba sendo direcionado exclusivamente para a preparação de exames, esvaziando o sentido social e crítico do ato de aprender a ler, enquanto modelos de gestão escolar que priorizam a produtividade estatística podem replicar lógicas que não condizem com a natureza humana da educação (Monsani, 2025).

Todos esses fatores influenciam diretamente a maneira como o professor planeja e conduz suas aulas, afetando a construção das relações entre educador e educando, fundamentais para o sucesso da alfabetização. A sobrecarga administrativa reduz o tempo dedicado à reflexão e ao planejamento pedagógico, levando muitos educadores a recorrer a práticas tradicionais e mecânicas que distanciam a



escola de uma aprendizagem significativa, contextualizada e verdadeiramente transformadora (Moura *et al.*, 2025).

2.4 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

A formação continuada é um dos principais motores para o sucesso das políticas de alfabetização, sendo considerada ferramenta indispensável no contexto do CNCA. Ela deve proporcionar o desenvolvimento metodológico e o aprimoramento das habilidades de ensino dos professores alfabetizadores que atuam na ponta do sistema. Oliveira e Neiva (2025) observam que, embora o compromisso apresente diretrizes para a formação, as iniciativas muitas vezes possuem um caráter excessivamente prescritivo. Essa característica pode distanciar o professor da reflexão crítica necessária para lidar com as complexidades do cotidiano escolar.

Muitos programas de formação estão mais focados no cumprimento de requisitos burocráticos e metas institucionais do que na verdadeira transformação da prática pedagógica. Carneiro (2025) afirma que existe uma lacuna significativa entre as propostas formativas e as demandas reais das salas de aula heterogêneas, marcadas pela escassez de recursos. A falta de um diálogo mais próximo com a realidade do professor impede que a formação seja percebida como algo útil e aplicável. Por isso, é urgente que os modelos de capacitação sejam revistos para incluir as vozes de quem ensina.

A ausência de espaços formativos dialógicos acaba minando a autonomia do docente e o reduzindo a uma ferramenta de implementação de diretrizes pré-moldadas. É nesse cenário que a teoria freireana se faz necessária para resgatar o papel do educador como sujeito de sua própria prática. Sobre a natureza dessa formação, Freire (1996) ensina que:

“[...]na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou a de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (Freire, 1996, p.39)

A formação que possui caráter puramente técnico-instrumental precisa abraçar uma perspectiva crítica, considerando o professor como parte ativa do processo educacional nacional. Segundo Galvão e Santos (2026), o desenvolvimento profissional deve ser um processo contínuo que permita ao docente interpretar as normativas à luz da realidade social de seus alunos. O aprimoramento deve, portanto, unir teoria à sensibilidade pedagógica para enfrentar os desafios contemporâneos do ensino da língua escrita. Sem uma educação que valorize a reflexão e o conhecimento, fica mais difícil de alcançar a escola que tanto buscamos.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa destaca a complexidade e os desafios enfrentados na implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) no Brasil. Embora esses esforços legislativos e normativos representem avanços significativos, a realidade nas salas de aula revela lacunas que comprometem a eficácia de tais políticas. A análise dos dados bibliográficos e documentais evidenciou que, apesar das boas intenções institucionais, a prática pedagógica ainda enfrenta obstáculos consideráveis que demandam atenção urgente.

Um dos principais desafios identificados é a ausência de formação contínua e adequada para os docentes. Muitos educadores relatam que a formação inicial não é suficiente para prepará-los para as exigências reais do cotidiano escolar. Essa falta de preparação resulta em lacunas teóricas e metodológicas que prejudicam o desempenho pedagógico e, conseqüentemente, o aprendizado dos alunos. Para que o CNCA e a BNCC sejam efetivos, é imperativo que haja um investimento substancial em programas de desenvolvimento profissional que atendam às necessidades específicas do corpo docente.

Além disso, a escassez de materiais didáticos de qualidade é um obstáculo recorrente. Os professores frequentemente se veem obrigados a criar ou adaptar recursos por conta própria para acolher a diversidade de níveis de aprendizagem em suas turmas. Essa situação não apenas compromete a qualidade do ensino, mas também dificulta a implementação de práticas que favoreçam a personalização da aprendizagem, especialmente para alunos com dificuldades de leitura e escrita. Portanto, a disponibilização de insumos pedagógicos adequados é condição essencial para o sucesso da alfabetização.

Outro aspecto relevante é a pressão exercida por avaliações externas, como o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), que muitas vezes redireciona o foco dos educadores para os conteúdos testados, em detrimento de atividades que promovam a construção integral do conhecimento. Essa pressão limita a autonomia docente e a inovação metodológica, sobretudo na alfabetização, etapa em que a criatividade e a adaptação são fundamentais. As políticas educacionais precisam considerar esses impactos e buscar formas de avaliar o aprendizado que valorizem práticas significativas e o desenvolvimento global dos estudantes.

Por fim, a pesquisa conclui que a alfabetização deve ser entendida como um direito fundamental que vai além da simples capacidade de ler e escrever. Trata-se de um instrumento de empoderamento e transformação social, essencial para a formação de cidadãos críticos e protagonistas. Para que essa perspectiva se concretize, esforços conjuntos entre governos, escolas e comunidades precisam ser articulados de forma intersetorial, visando à valorização dos profissionais da educação, à formação continuada efetiva e à escuta ativa das demandas reais do chão da escola. Somente assim poderemos garantir que a alfabetização na idade certa se torne uma realidade viva para todas as crianças brasileiras, permitindo-lhes compreender e transformar o mundo por meio da linguagem.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Eliana; FERREIRA, Andrea Brito; SOUZA, Sirlene Barbosa de. Alfabetização e letramento nas produções de Magda Soares: contribuições para a formação de pesquisadores. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 51, e283897, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551283897> Acesso em: 12 mai. 2026

ALMEIDA, Flávio Aparecido de (org.). *Educação, políticas públicas e práxis educativa: reflexões, reflexos e ações*. v. 2. Guarujá: Editora Científica Digital, 2024. 218 p. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-787-3.pdf> Acesso em: 14 maio 2026.

AMARAL, Millena Soares Figueiredo. **Políticas curriculares de alfabetização: desafios para o terceiro mandato do governo Lula**. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/24563/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Millena%20Soares%20Figueiredo%20Amaral%20-%202025%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 12 maio 2026.

BRASIL. [Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025]. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1 nov. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15247.htm. Acesso em: 12 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CARNEIRO, E. S. **Alfabetização e Letramento: processos e desafios**. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/81708/5/2025_dis_escarneiro.pdf. Acesso em: 26 jan. 2026.

Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: discursos do eixo formação. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 11, p. 1–16, 2026. DOI: 10.5212/retepe.v.11.25655.003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/25655>. Acesso em: 17 maio. 2026

CRUZ, Felipe Eduardo Pereira; SANTOS, Maria da Guia de Medeiros; MEDEIROS, Maria Suely Cardoso de. Alfabetizar com sentido e cultura: a formação docente do Pró-Alfa RN e o uso da Ciranda Potiguar no município de Florânia. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11. (CONEDU), 2026. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2026. p. 1-12. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2025/TRABALHO_COMPLETO_EV214_ID16232_TB9343_14102025110725.pdf. Acesso em: 13 maio 2026.



ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 573-592, set./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782012000300005>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/275/27524689005.pdf>. Acesso em: 17 maio 2026.

FÉ, D. M. **O processo de alfabetização com base nos parâmetros curriculares nacionais (PCNs) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2025. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Piauí, 2025. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/bitstream/tede/1490/5/Monografia%20Completa.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2026.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: https://anggtwu.net/tmp/ferreiro__alfabetizacao_em_processo.pdf. Acesso em: 12 maio 2026.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Um pacto curricular: o pacto nacional pela alfabetização na idade certa e o desenho de uma base comum nacional. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 69-89, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/F7dSSNZJbVL47fbccvpGBqj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2026.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 12 maio 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 12 maio 2026.

GALVÃO, Érica Raiane de Santana; SANTOS, Adriana Cavalcanti dos. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: discursos do eixo formação. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, [S. l.], v. 11, p. 1–16, 2026. DOI: 10.5212/retepe.v.11.25655.003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/25655>. Acesso em: 19 fev. 2026

GARCIA, Juliana Bittencourt; CUNHA, Maria Isabel da. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA DOCÊNCIA: DESAFIOS, REFLEXÕES E POSSIBILIDADES**. *Revista Didática Sistemática*, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 169–177, 2021. DOI: 10.14295/rds.v22i2.11806. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/11806>. Acesso em: 14 maio 2026

JACOMINI, Márcia Aparecida. Sociedade civil e sociedade política nos planos de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 45, e285621, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xLgdKKckJq45xztrM9rrRSy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14 maio 2026.

KLEIMAN, Angela B. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995. Disponível em: <https://wacclearinghouse.org/docs/books/letramento/significados.pdf>. Acesso em: 12 maio 2026.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. 2. ed. Fortaleza: IFCE, 2012. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 14 de maio 2026.



MONSANI, Giulia da Silva. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: primeiras reflexões sobre o programa à luz da perspectiva discursiva.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/267717>. Acesso em: 21 fev. 2026.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Alfabetização no Brasil: uma história de sua história.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MOURA, Alexia Letícia Almondes De *et al.* **Entre a multidão e a solidão: os desafios da docência diante da superlotação e da solidão do professor em sala de aula.** Anais XI Congresso Nacional de Educação... Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/131619>. Acesso em: 16/05/2026 20:15

OLIVEIRA, Sheila da Rocha. **Psicologia da educação.** Itatiba: USF, [20--]. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/768/608045040202508.pdf>. Acesso em: 12 maio 2026.

OLIVEIRA, Sidmar da Silva; NEIVA, Luiz Paulo Almeida. Formação continuada, alfabetização e políticas educacionais: o CNCA em questão. **Communitas**, Rio Branco, v. 9, n. 21, p. e8318, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/8318>. Acesso em: 22 fev. 2026.

PERFEITO, Márcia Vânia Silvério; PERFEITO, Vânia Márcia Silvério; OLIVEIRA-MENDES, Solange Alves de. Desafios dos processos de alfabetização e letramento e dilemas da formação continuada no Brasil. **Olhares & Trilhas**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 1–22, 2024. DOI: 10.14393/OT2024v26.n.2.73706. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/view/73706>. Acesso em: 14 maio. 2026.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Ática, 1997. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/395471728/Historia-Da-Educacao-No-Brasil-Piletti-pdf>. Acesso em: 12 maio 2026.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil (1930–1973).** Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Hist%C3%B3ria_da_educa%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil_1930_1/ysVuEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=inauthor:%22Ota%C3%ADza+de+Oliveira+Romanelli%22&printsec=frontcover. Acesso em: 12 maio 2026.

SANTOS, Maria das Graças Amanda Ferreira dos. **O trabalho do professor com a psicogênese da língua escrita no processo de alfabetização de alunos do 2º ano do Ensino Fundamental.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/fd743c17-555a-4127-9e47-09732861650d/content>. Acesso em: 14 maio 2026

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: para além da curvatura da vara. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0225133, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xbLfgctXZkHmbGd8YBMkrdp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2026.



SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3519/351961802007.pdf>. Acesso em: 12 maio 2026.
SOARES, Magda. **Alfaletrar**: fundamentos e práticas. São Paulo: Contexto, 2020.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em: https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/e57ff43cf9014b8791a9815d034daf2d?access_token=13a46dfd-5120-4c7b-ab97-24d073db9777 Acesso em: 12 maio 2026.

VIEIRA, D. F. B.; JESUS, E. M. Alfabetização e letramento: avanços legais e desafios no contexto do desenvolvimento regional. **Revista ARACÊ**, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/9061>. Acesso em: 25 fev. 2026.

ZATESCO, E.; BORGES, F. A. F. Os desafios da alfabetização nos últimos anos (2017-2022). **Revista Caminhos Humanidades**, v. 1, 2024. Disponível em: <https://siteunidavi.s3.sa-east-1.amazonaws.com/CAMINHOS+HUMANIDADES+2024+R01.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2026.